



© CAMILA GRINSZTEIN

Os caminhos das sementes do Xingu

Os 120 participantes da Expedição da Rede de Sementes conheceram a coleta em aldeias indígenas, assentamentos rurais, cidades e fazendas da região de Canarana (MT). **p.7**



© DIVULGAÇÃO

ISA está de novo entre as melhores ONGs do Brasil

Em tempos de graves ameaças aos direitos socioambientais e ao ativismo, o reconhecimento recebido pelo ISA é motivo de celebração. **p.11**



© BETO RICARDO/ISA

Constituição Cidadã completa 30 anos

Marco na garantia dos direitos socioambientais no Brasil, a Constituição de 1988 colocou os índios no mapa. **p.4**



© CLAUDIO TAVARES/ISA

Campanha Tá na Hora da Roça foi lançada durante a Feira de Troca de Sementes e Mudanças dos Quilombos do Vale do Ribeira

Menos burocracia, mais roças

As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira lançaram em agosto, em Eldorado, sudeste do Estado de São Paulo, a Campanha Tá na Hora da Roça, ancorada em uma petição on line no site do ISA, em defesa de suas roças tradicionais. Foi durante a realização anual da tradicional Feira de Troca de Sementes e Mudanças (*veja mais no final do texto*).

O que os quilombolas querem é simples: que o governo de SP autorize as emissões de licenças em tempo adequado, para a abertura das roças de coivara nos quilombos, garantindo assim sua segurança alimentar, autonomia e fortalecimento cultural. E, impedindo o êxodo rural dos mais jovens que se veem obrigados a procurar trabalho fora. A burocracia e a falta de conhecimento dos órgãos ambientais paulistas vêm emperrando o processo e prejudicando as comunidades, que há anos enfrentam sérios obstáculos para conseguir as licenças que liberam o corte de vegetação, necessário ao plantio de alimentos voltados à subsistência.

No Vale do Ribeira, região que concentra a maior parcela de Mata Atlântica do estado, as licenças atrasam ano após ano. Sem a autorização, os quilombolas são impedidos de plantar – porque são multados se o fizerem – e acabam abandonando as roças. Em pouco mais de três meses a campanha – que continua no ar – contabilizou mais de 7.500 assinaturas que foram entregues à Secretaria do Meio Ambiente de SP no início de dezembro. Ativis-

tas do movimento negro, que apoiam a valorização

da cultura quilombola, se engajaram na campanha, vestiram a camiseta e ajudaram a divulgar. Entre eles se destacaram a atriz Ana Flávia Cavalcanti, a designer Ana Paula Xongani, a produtora cultural Iris Vergilio e os rappers Rinconsapiencia e BNegão, além da filósofa Sueli Carneiro.

O reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em setembro foi mais um reforço para a campanha (*veja mais à página 9*).

SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/2PhLqTf> e
<https://isa.to/2Plad25>

Crença no futuro

A realização da Feira de Troca de Sementes e Mudanças das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira chegou este ano à sua décima primeira edição. Nessa década, os participantes expressam o mesmo sentimento: crença no futuro. “Conseguimos resgatar a diversidade das nossas sementes com a feira”, disse Edivina Maria Tiê Braz da Silva, do Quilombo Pedro Cubas de Cima. “A comida saudável, sem droga, sem veneno, vai voltar para a mesa das pessoas”, garante Benedita, com milho novo para plantar. A feira é a forma encontrada pelas comunidades para perpetuar seus conhecimentos e plantios tradicionais, ameaçados pela burocracia do governo paulista. A cada ano surgem novas variedades. Ao longo desses 11 anos foram resgatadas mais de uma centena delas.



© PEDRO PRADO/FAPPA/CIDH

Os irmãos Bel e Gilliarde Juruna apresentaram os impactos de Belo Monte à CIDH, na aldeia Miratu

Juruna denunciam impactos de Belo Monte em livro e vídeo

A publicação *Xingu, o rio que pulsa em nós* é o resultado de um trabalho de monitoramento de quatro anos, feito pelos Juruna da Terra Indígena Paquiçamba (PA), na Volta Grande do Xingu, iniciada em 2013, com a colaboração do ISA, de pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e famílias Juruna da aldeia Miratu.

Os indígenas denunciam os impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sobre seu modo de vida e sobre a Volta Grande, região de cerca de 100 quilômetros de rio que banha duas Terras Indígenas e é morada de centenas de famílias ribeirinhas. Alertam também para o risco de desaparecimento de espécies de plantas e animais. Eles apontam ainda para outra ameaça: a disputa pela água.

Com o barramento definitivo do rio em 2015, a quantidade, velocidade e nível da água na região não derivam mais do fluxo natural do Xingu, mas dependem da Norte Energia – concessionária da usina. Por meio do chamado Hidrograma de

Consenso a empresa vai controlar o volume de água que passará pelas comportas da usina, des-

cendo pela Volta Grande. Esta é a principal medida proposta pela empresa para mitigar os efeitos provocados pela redução de vazão da água na Volta Grande. O objetivo é reproduzir artificialmente o pulso sazonal de cheias e secas que caracteriza as vazões naturais do Rio Xingu. A implementação está prevista para o início de 2019, quando devem ser instaladas as turbinas da usina.

Comissão da ONU constata violação de direitos indígenas

Indígenas, parceiros e cientistas avaliam que o hidrograma não é suficiente para garantir a vida na região e pedem sua revisão. Assim, em setembro, a Associação Interamericana para Defesa do Ambiente com apoio do ISA e dos indígenas enviou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da ONU um informe pedindo que o órgão solicitasse ao Estado brasileiro a suspensão e a definição de uma medida alternativa. Em novembro, a CIDH esteve na TI Paquiçamba, e chamou a atenção das autoridades e da sociedade em geral para atender e solucionar a situação de repetida violação dos direitos humanos dos povos indígenas, destacando o caso do povo Juruna, afetado por Belo Monte.

SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/2vD4ROu> e
<https://isa.to/2Taj3nd>



© LEONARDO PRADO

ISA e MPF realizam seminário sobre o cenário atual dos direitos socioambientais (à esq., Maurício Guetta, advogado do ISA)

Constituição Cidadã faz 30 anos

Chamada de Cidadã, a Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988 depois de mais de 20 anos de ditadura militar. Considerada um marco na garantia dos direitos socioambientais no Brasil, as comemorações pelos seus 30 anos lembraram que apesar disso, existe um cenário de ameaças e ataques aos direitos de indígenas, quilombolas, populações tradicionais e ao meio ambiente.

Para celebrar a data, o ISA, a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), o Fundo Brasil de Direitos Humanos, o Instituto Direito por um Planeta Verde (IDPV) e o Instituto Escolhas promoveram dois seminários, um em São Paulo e outro em Brasília, para debater o cenário atual dos direitos socioambientais.

Em Brasília, foi consenso entre os participantes que depois de décadas de avanços, vive-se um período de ameaças e retrocessos na aplicação da Constituição e que tal cenário poderia se acentuar após as eleições de outubro. Diante desse cenário, seriam necessários mobilização social e uma ação coordenada do Ministério Público e da sociedade civil para defender os direitos socioambientais previstos na Carta Magna. Participaram dos debates procuradores, ONGs, movimentos sociais, técnicos do governo, pesquisadores e estudantes. Em Brasília, estiveram presentes a procuradora-

geral Raquel Dodge, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, o ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto e o ex-deputado constituinte Fabio Feldmann. Ayres Britto pediu que a sociedade resista aos ataques à democracia, à Constituição e aos direitos socioambientais que vêm ocorrendo.

Em entrevista ao ISA, ele condenou a interpretação sobre o “marco temporal” defendida por políticos ruralistas segundo o qual as comunidades indígenas só teriam direito às terras que ocupavam em 5/10/1988, data da promulgação da Constituição sem considerar o histórico de violência e expulsões sofridas pelos indígenas.

Em defesa dos direitos indígenas

Em novembro, o movimento indígena e organizações indigenistas participaram de evento no Memorial dos Povos Indígenas em Brasília, que marcou os 30 anos do reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição. Os debates giraram em torno do cenário de ameaças, e foi reforçado o compromisso em defesa da Carta Magna. Também enfatizaram a necessidade de formação de uma frente ampla, com diversos setores da sociedade, para resistir a qualquer retrocesso na aplicação desses direitos.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2GgoZxC>

SAIBA MAIS EM: <https://isa.to/2AnUYFK>

© MARCELO SOUBEIA



SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2GdVBrA>

Participantes da Canoada precisam descer e empurrar as canoas para transpor os pedrais que, depois do barramento do Xingu, são comuns em várias épocas do ano, não só na seca

A Canoada da resistência

Em setembro, aconteceu mais uma edição da Canoada Xingu, a quinta, que reuniu mais de 100 participantes para ver de perto a luta de indígenas e ribeirinhos da Volta Grande do Xingu (PA) pela sobrevivência. A região foi fortemente impactada pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. Iniciativa de três associações das aldeias da Terra Indígena Paquicamba (PA) dos Juruna (Yudjá) e do Instituto Socioambiental, a atividade, que teve sua primeira edição em 2014, mostrou mais uma vez aos participantes os impactos causados por Belo Monte no fluxo das águas, nas florestas e na vida das populações que dependem do rio para viver.

O barramento do Rio Xingu em 2015 alterou a quantidade, a velocidade e o nível de água na região. Alterou o pulso sazonal de cheias e secas do rio e, com ele, uma série de relações humanas e não humanas foram modificadas. Depois de Belo Monte, morrem sarobais, uma vegetação típica de beira-rio; tracajás apodrecem vivas; o rio seca em alguns trechos e os frutos das árvores que alimentam espécies como o pacu caem no seco, tirando o sustento do peixe, que é a base do sustento dos Yudjá e dos ribeirinhos na região.

O percurso da expedição incluiu, além de remadas por mais de 100 km de rio, descidas das canoas para empurrá-las e transpor pedrais. Isso era comum na época da seca, mas agora as pedras ficam expostas em outras épocas do ano também. Para as comunidades que vivem no Xingu, alterar o seu fluxo é alterar o fluxo de todo um modo de vida. Antes do barramento, por exemplo, o consumo de peixes na aldeia Miratu era de 56% e passou para 32% em 2017; enquanto isso, o consumo de produtos da cidade, que se limitava a 25%, chegou a 60%. A falta de peixes impacta diretamente a segurança alimentar e a saúde das populações indígenas e ribeirinhas.

Os participantes também puderam conhecer o rigoroso trabalho de monitoramento dos recursos pesqueiros que os Yudjá realizam desde 2013. A iniciativa surgiu da necessidade de se contrapor aos dados fornecidos pela Norte Energia, a concessionária da hidrelétrica. Realizado em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o ISA, o monitoramento virou livro, escancarando a realidade na Volta Grande e contribuindo para fortalecer a luta de indígenas e ribeirinhos por condições de vida dignas (veja mais à pg.3).



© TATIANE KLEIN/ISA

Oficina em Brasília desenha política nacional para territórios quilombolas

Quilombolas elaboram política de gestão para seus territórios

Foram três dias de trabalho em oficina realizada em Brasília para desenhar uma política nacional para a gestão territorial e ambiental de quilombos de todo o Brasil. Mais de 60 lideranças quilombolas debateram no final de julho um documento de diretrizes que elas mesmas rascunharam e ainda está em fase de elaboração. Esta foi a última etapa de um processo de sete meses, que atravessou as cinco regiões do país e seus diferentes biomas, com oficinas em sete territórios quilombolas. Discutindo temas como a titulação dos territórios, fortalecimento comunitário, educação, cultura e conservação ambiental, as oficinas contaram com a participação de 320 pessoas de 130 comunidades e foram realizadas pela Associação de Quilombos para Cooperação Negra Anastácia (NA) e pelo Instituto Socioambiental, sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e com apoio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2QSQwt4>



Curtas

Povos tradicionais e a conservação da floresta

Realizado em Florianópolis, no início de agosto, o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação elegeu o tema *Uso sustentável e o papel das populações tradicionais na conservação das Unidades de Conservação da Amazônia*. Um estande reuniu os parceiros da Fundação Moore no Brasil. Ali, o ISA lançou publicações elaboradas com parceiros locais, exibiu vídeos e apresentou plataformas digitais, como o *Proteja* (<http://proteja.org/>) – portal sobre Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira, desenvolvido em parceria com o Ipam e o Imazon, para divulgar e compartilhar dados institucionais e a partir daí, elaborar novas análises. O portal está aberto à parceria com outras instituições. O ISA também teve expressiva participação em mesas de debates para apresentar trabalhos realizados com parceiros locais na Terra do Meio (PA), e as contribuições que as cadeias de valor de produtos florestais e as populações tradicionais vêm dando para a conservação das Unidades de Conservação na Amazônia. O público também pode fazer uma imersão no Fogo na Floresta, primeiro filme em realidade virtual feito em uma aldeia indígena no Xingu.



Participantes visitam área em restauração na fazenda Cristo Rei, em Canarana (MT)

Expedição percorre áreas de restauração florestal nas cabeceiras do Xingu

Foram mais de mil quilômetros percorridos no noroeste do Mato Grosso por 120 pessoas, entre indígenas, agricultores familiares, produtores rurais, pesquisadores, representantes do governo, de empresas e de organizações do terceiro setor. Todos eles, participantes da 3ª Expedição da Restauração Ecológica e da Rede de Sementes, puderam conhecer em julho os resultados dos trabalhos de restauração florestal realizados pelo Instituto Socioambiental e pela Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX). A expedição percorreu os caminhos das sementes: da coleta em aldeias indígenas, assentamentos rurais e cidades, até o destino final, as florestas restauradas em propriedades na região.

Composta por 568 coletores, responsáveis pela coleta, beneficiamento e armazenamento das sementes florestais nativas, a Rede conta com 15 núcleos de coletores de sementes em 18 municípios nas bacias do Xingu e Araguaia, abrangendo 14 Assentamentos Rurais, uma Reserva Extrativista na Terra do Meio (PA) e 17 aldeias de sete povos que vivem em quatro Terras Indígenas. Com mais de dez anos, a ARSX tem um conjunto de critérios e protocolos construídos com os coletores e hoje é referência na produção comunitária de sementes.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2Sd7fol>

A imponência das árvores encantou os par-

ticipantes. É consequência de um sofisticado monitoramento feito pela equipe de “plantadores de floresta” do ISA. Os técnicos auxiliam no preparo da área e depois realizam o plantio utilizando a “muvuca de sementes”, técnica que consiste em uma mistura de sementes nativas e de adubação verde para a formação da estrutura da floresta. A muvuca pode ter até 80 espécies de sementes e cada uma tem a sua função ecológica: uma planta domina o ambiente em uma época, e ao morrer, ela gera mais matéria orgânica e prepara o ambiente para a próxima espécie que vem. Em mais de dez anos de trabalho, já foram recuperadas quase seis mil hectares de áreas degradadas na bacia dos rios Xingu e Araguaia e em outras regiões de Cerrado e Amazônia. Para isso, foram utilizadas mais de 220 toneladas de sementes de 220 espécies nativas.

A expedição passou por fazendas, que têm áreas reflorestadas e em processo de restauração, além de conhecer o trabalho dos coletores Xavante da aldeia Ripá. Por meio da união entre indígenas, agricultores familiares, o ISA, poder público e produtores rurais, foi consolidada uma iniciativa inovadora de restauração de áreas degradadas na região, que usa o maquinário disponível nas fazendas e o plantio direto de sementes, gerando renda para as comunidades locais e valorizando seus conhecimentos tradicionais.



© JULIANA RADLEVI/ISA

Durante Assembleia da Foirn, em Sta. Isabel do Rio Negro, povos indígenas do Rio Negro validaram o PGTA



© LUCAS LIMA/ISA

Na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (RR), os Yanomami e Ye'kwana consolidaram seu plano

Planos de gestão territorial e ambiental em fase final

Em novembro, os povos indígenas da Terra Indígena Yanomami (AM/RR) e os do Rio Negro, no noroeste amazônico, validaram seus planos de gestão territorial e ambiental (PGTAs), em processo que vem sendo discutido pelas comunidades desde 2016, com apoio do Fundo Amazônia, Rainforest da Noruega e Cooperação Austríaca.

A oficina de consolidação do PGTA dos **Yanomami e Ye'kwana** aconteceu no lago Caracaranã, na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima, com a participação de mais de 80 lideranças de toda a Terra Indígena Yanomami (TIY), além de lideranças indígenas de outras regiões do Brasil. Também teve início a construção do Protocolo de Consulta dos povos Yanomami e Ye'kwana.

Nos dois primeiros dias foi feita a leitura e a revisão das propostas que estarão no documento. As lideranças Ye'kwana e Yanomami destacaram ainda ações prioritárias que devem ser implementadas. Nos três dias restantes, os participantes debateram a governança da TIY e construíram o Protocolo de Consulta. Representantes da Funai e do MPF participaram da discussão. Lideranças dos Krenak participaram da oficina onde apresentaram seu protocolo e como ele está sendo aplicado. Também foram revisados e consolidados o Roteiro de Consulta da Terra Indígena Yanomami e as Regras Gerais do Protocolo de Consulta.

No **Rio Negro**, 23 povos indígenas validaram o PGTA, chamado Wasu, durante a XVI Assembleia Geral da Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), em Santa Isabel do Rio Negro, com 300 participantes, entre lideranças e representantes dos governos federal, estadual e municipal.

Após três anos de levantamento e oficinas participativas, a Foirn que representa 30 mil indígenas, na Bacia do Rio Negro, fronteira com a Colômbia e a Venezuela, dá um passo importante para a governança de seus territórios produzindo um documento que dá voz aos povos originários e abre um caminho para um melhor diálogo com o Estado e parceiros.

Wasu quer dizer grande em língua Nheengatu e foi nomeado assim por agregar em um único documento territórios indígenas em processo de reconhecimento, TIs declaradas e mais os PGTAs de sete terras indígenas do Alto e Médio Rio Negro - Alto Rio Negro, Rio Apapóris, Balaio, Cué-Cué Marabitanas, Médio Rio Negro I e II e Rio Téa.

A Assembleia contou com a participação da Funai, Exército Brasileiro, Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Sesai/Ministério da Saúde, Fórum de Educação Escolar Indígena do Amazonas (Foreeia), Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas, Secretaria de Educação de Santa Isabel do Rio Negro.

© MAURÍCIO BIESEK/ISA



Roças tradicionais: mutirão de plantio de feijão rosinha em consórcio com milho no quilombo Porto Velho

Sistema agrícola tradicional quilombola é reconhecido como patrimônio cultural imaterial

O reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional (SAT) dos quilombos do Vale do Ribeira (SP) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em setembro, foi uma vitória na luta pelo fortalecimento da cultura quilombola, ligada diretamente ao modo de fazer as roças de coivara, parte central do manejo dos recursos naturais do Vale do Ribeira. Há mais de 300 anos as comunidades quilombolas promovem a conservação da Mata Atlântica no sudeste do Estado de São Paulo, seguindo o legado de seus ancestrais.

Para os quilombolas, o reconhecimento do SAT, solicitado pelas comunidades em 2014, foi motivo de comemoração e veio fortalecer a Campanha Tá na Hora da Roça, lançada em agosto, para cobrar do governo paulista a concessão de licenças para fazer roças no tempo certo, sem atrasos (*veja página 2*). Além disso, ao valorizar as práticas tradicionais quilombolas, o reconhecimento significa garantir a permanência nos territórios e contribuir para que políticas públicas cheguem aos quilombos. Graças à diversidade agrícola que eles guardam e resulta em diversidade alimentar, com muitas variedades de sementes, os quilombos se tornam aliados fundamentais no enfrentamento das mudanças climáticas.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2zk7NAe>

A origem da demanda das comunidades pelo reconhecimento foi o In-

ventário Cultural dos Quilombos do Vale do Ribeira - que começou em 2009 e demandou três anos de trabalho de campo. A roça é a base de sustentação de outras práticas, celebrações, lugares, espaços de valorização dos produtos agrícolas. E o SAT foi definido como o bem cultural que deveria ser registrado. O reconhecimento pelo Iphan e a inscrição no Livro dos Saberes deve contribuir para fixar as novas gerações de jovens nos territórios.

Mais uma razão para celebrar

Seis comunidades quilombolas do Vale do Ribeira têm motivo extra para celebrar: a produção de suas roças, fruto do Sistema Agrícola Tradicional, foi reconhecida pelo Ministério da Agricultura como orgânica. Ao todo, 46 agricultoras e agricultores dos quilombos André Lopes, Nhunguara, Piririca, Porto Velho, São Pedro e Sapatu já têm o certificado de Organização de Controle Social (OCS), e podem comercializar como orgânicos uma extensa lista de mais de 100 produtos de suas roças, de feijão a taioba. O reconhecimento dá fôlego aos esforços de jovens quilombolas em transmitir o conhecimento tradicional para as próximas gerações e, ao mesmo tempo, comercializar a produção por meio da cooperativa local, a Cooperquival (Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira).

SAIBA MAIS EM: <https://isa.to/2Gffpe3>



© ROGÉRIO ASSIS/ISA

Primeira barra de chocolate produzida na TI Yanomami com o cacau nativo

O "ouro" dos Yanomami

Em busca de alternativas sustentáveis para a geração de renda, lideranças Ye'kwana perceberam que o cacau pode ser uma alternativa para evitar que os jovens sejam atraídos pelo garimpo ilegal que se espalha pela Terra Indígena Yanomami (AM/RR). Por isso, em julho, a Associação Wanasseduume Ye'kwana promoveu, com apoio do ISA, uma oficina na comunidade Waikás para ensinar aos índios de diferentes comunidades as técnicas de colheita e processamento dos frutos do cacau para produção da matéria prima para chocolates finos. O fruto do chocolate é endêmico na área.

O jornalista Leão Serva e o fotógrafo Rogerio Assis participaram da oficina e produziram uma reportagem publicada pela Folha de São Paulo e pelo ISA. "Também chamado 'fruto de ouro', o cacau nativo é visto como um possível antídoto contra a invasão de garimpeiros ilegais na Terra Indígena no extremo norte do Brasil", relata Serva. "Líderes de comunidades locais, tanto Ye'kwana quanto Yanomami, planejam produzir chocolate para o mercado internacional como alternativa de renda para que os jovens indígenas não tenham interesse em colaborar com os mineradores ilegais". Durante a oficina foi produzida a primeira barra de chocolate da história da Terra Indígena Yanomami, um feito histórico.

À época, a avaliação dos órgãos oficiais era de que havia cerca de dois mil garimpeiros ilegalmente na Terra Indígena. As organizações indígenas apontam para cinco mil. Em agosto, uma operação conjunta de diferentes órgãos do Estado brasileiro, sob a liderança do general do Exército Gustavo Henrique Dutra de Menezes, denominada

Curare IX, implantou bases permanentes de vigilância nos principais rios da Terra Indígena Yanomami para combater a atividade.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2UdjzGi>

Curtas

Transição energética em Roraima

Em novembro, o ISA e o Instituto Clima e Sociedade promoveram em Boa Vista o seminário "Roraima Transição Energética", com apoio da Fundação Mott. O debate girou em torno da transição para uma matriz energética mais limpa e diversificada no estado, o único no Brasil que ainda está fora do sistema interligado nacional de fornecimento de eletricidade. Roraima também não tem geração de energia local e depende de energia importada da Venezuela e da geração de energia térmica, o que implica trazer grandes volumes de óleo diesel para alimentar as usinas. A limitação no fornecimento de energia é um obstáculo para o desenvolvimento econômico das cidades e de centenas de vilas e comunidades do interior do estado. Daí a importância de debater fontes alternativas, que já estão sendo avaliadas por vários setores da sociedade local, como o empresariado e os povos indígenas.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2A6uE2H>



Castanhas geram renda para os Wai Wai

A coleta de castanhas entre os povos indígenas e tradicionais amazônicos tem se revelado um caminho seguro de geração de renda. Na Terra Indígena Trombetas-Mapuera, em Roraima, a castanha que os índios Wai Wai chamam títko (lê-se tãtko), é a estrela de sua cultura e soberania alimentar, cultivada por eles há muito anos.

As castanhas frescas são a base para caldos apimentados, beijos crocantes, doces e mingaus. As receitas são simples, mas tirar a castanha da mata é trabalho duro que leva meses. As caminhadas floresta adentro são longas, de mais de dois quilômetros, com subidas, baixadas e igarapés para cruzar. Voltar com 50 kg de castanhas nas costas, então, é um esforço e tanto.

O transporte também é um desafio. Somente quando o nível da água do Rio Anauá cresce com as fortes chuvas da época e atinge determinada altura, marcada em pedrais, os Wai Wai sabem que é hora de descer com a produção.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2Uehfv>



Os Wai Wai descem o Rio Anauá com as castanhas, enfrentando as corredeiras

A safra prevista para 2018 é de 330 toneladas, e, curiosamente, acontece no período de entressafra de outras regiões, porque a Terra Indígena está acima da linha do Equador. Em acordo com a empresa Wickbold de pães, a lata de castanha está em torno de R\$ 44, 76% acima dos R\$ 25 pagos por atravessadores. A reportagem do ISA esteve lá e acompanhou todo o processo.

Trabalho reconhecido

Com a proteção ambiental, os direitos indígenas, de populações tradicionais e o ativismo pelos direitos humanos fortemente ameaçados, o reconhecimento do ISA como uma das melhores ONGs do Brasil, pelo segundo ano consecutivo, no ranking publicado pelo Instituto Doar e Rede de Filantropia é motivo de celebração. Reforça e consolida a importância do trabalho realizado pela organização que há 25 anos é aliada dos povos indígenas e das populações tradicionais, como quilombolas e extrativistas. Criado em 2017, o Guia das Melhores ONGs do Brasil, pretende ampliar

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2QOtUKf>

a cultura de doação no Brasil e incentivar organizações que se destacam

Fortalecimento institucional do ISA

por seus trabalhos junto à sociedade civil e por suas boas práticas de gestão e transparência. Entre os fatores de avaliação estão a causa e a estratégia de atuação, a organização e a gestão institucional e transparência, prestação de contas e comunicação. As escolhidas são exemplos que devem ser observados, contribuindo para melhorias contínuas no setor.

Para realizar esse trabalho, o ISA mantém equipes permanentes em regiões da Amazônia (Mato Grosso, Pará, Amazonas e Roraima) e Sudeste de São Paulo (Vale do Ribeira) para apoiar as comunidades na garantia e proteção de seus territórios, na valorização da cultura e dos conhecimentos tradicionais e no desenvolvimento de projetos de geração de renda, entre outros. Junte-se a nós! **Filie-se ao ISA!** <https://filiacao.socioambiental.org/>

ISA entrega propostas aos candidatos à Presidência da República

Foi com foco nos Quilombos, Terras Indígenas, Parques e Reservas e Áreas Públicas – estas cedidas pelo Estado às comunidades tradicionais –, chamados aqui de “territórios da diversidade”, que o ISA elaborou suas propostas para fomentar o debate eleitoral. Elas foram resumidas no documento *Eleições 2018 – Direitos territoriais e economia dos povos da floresta no próximo mandato presidencial*, que foi entregue às principais candidaturas à Presidência da República entre elas Rede de Sustentabilidade, Psol, PT, PDT, Podemos e PSDB.

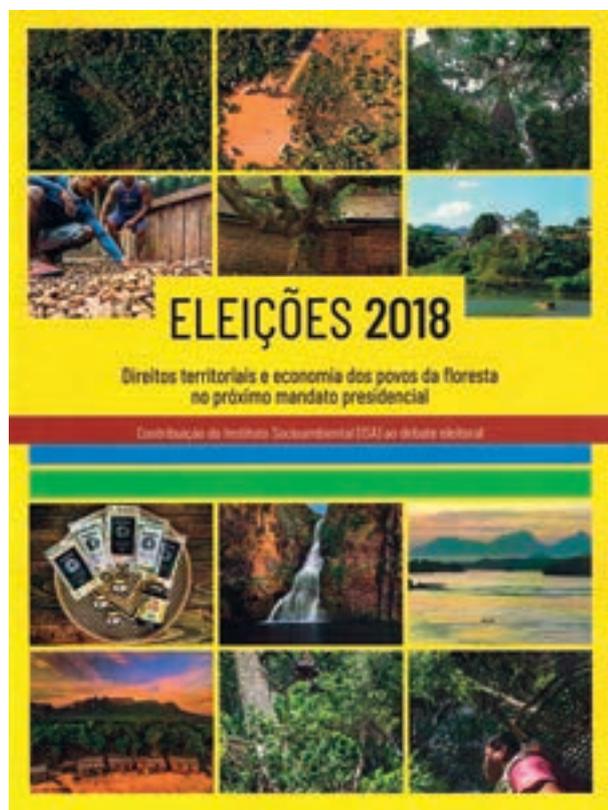
Entre as propostas apresentadas pelo ISA, a mais urgente foi a conclusão de processos territoriais paralisados – tanto de Terras Indígenas, Quilombos, de Parques e Reservas e de Áreas Públicas – chamando a atenção para a

necessidade de adequar a estrutura do Estado brasileiro para poder avançar na implementação efetiva desses territórios, criando ferramentas e instrumentos para isso. Um bom exemplo no caso de Parques e Reservas é a implantação efetiva de planos de manejo. Em relação às Terras Indígenas ainda é preciso promover a regularização fundiária de áreas já demarcadas e a desintrusão de ocupantes não índios.

“O ISA sugere que os candidatos busquem formas de avançar nos processos de regularização fundiária nesses ‘territórios da diversidade’. E, dessa forma, evitar os conflitos fundiários e a violência oriundos dessa falta de regularização”, diz Adriana Ramos, do ISA.

Vale lembrar ainda que esses territórios conservam estoques gigantescos de recursos naturais, inclusive carbono, e prestam serviços socioambientais e climáticos para a sociedade brasileira e para a humanidade em geral. São imprescindíveis para qualquer estratégia que o Brasil venha a adotar para enfrentar as mudanças climáticas.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2OHmm7i>



Ao longo da campanha política, o ISA publicou uma série de três reportagens detalhando e aprofundando algumas das propostas entregues. Também o podcast semanal Copiô Parente tornou-se Copiô Candidat@, trazendo ao debate as propostas relativas aos povos indígenas.

SAIBA MAIS E OUÇA O PODCAST EM:
<https://isa.to/2woxjml>

CONFIRA AQUI AS REPORTAGENS:
<https://isa.to/2GiOZYW>, <https://isa.to/2GiP2UC>
e <https://isa.to/2GjOKgf>



© CLAUDIO TAVARES/ISA

Ativação do VR no Mercado de Pinheiros, em São Paulo

Fogo na Floresta continua atraindo o público

Fogo na Floresta, o primeiro filme em realidade virtual, gravado em uma aldeia indígena no Xingu, continuou sendo exibido ao longo do segundo semestre deste ano e atraindo o público. Dirigido por Tadeu Jungle, o curta mostra o cotidiano da aldeia Piyulaga, do povo Waurá (ou Wauja), e alerta para a ameaça do fogo descontrolado sobre a comunidade e a floresta. Ativações aconteceram durante o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação no estande dos parceiros da Fundação Moore, em Florianópolis, na Embaixada da Alemanha, em Brasília, no Itaú Cultural, em São Paulo, em atividade interna, e no Mercado de Pinheiros durante o evento Presentes da Floresta que o ISA realizou em parceria com o Instituto ATÁ.



Curtas

Propostas de Bolsonaro mobilizam sociedade civil

A fala do então candidato à Presidência, Jair Bolsonaro, de que iria “botar um ponto final em todos os ativismos no Brasil”, logo depois da divulgação dos resultados do primeiro turno das eleições, mobilizou mais de três mil organizações não governamentais, coletivos e movimentos sociais, nacionais e internacionais, o ISA entre elas, que divulgaram uma carta de repúdio à declaração. Nela, as entidades dizem que a fala de Bolsonaro afronta a Constituição, que garante os direitos de associação e assembleia. “Trata-se de uma ameaça inaceitável à nossa liberdade de atuação. Não será apenas a vida de milhões de cidadãos e cidadãs ativistas e o trabalho de 820 mil organizações que serão afetados. Será a própria democracia brasileira. E não há democracia sem defesa de direitos”. Depois de eleito, uma polêmica proposta de Bolsonaro de extinguir o Ministério do Meio Ambiente, mobilizou ONGs, servidores e políticos. A extinção acabou não se concretizando, mas diante da ameaça o Salão Verde da Câmara se tornou palco de uma grande manifestação da qual o ISA participou, para articular um movimento de resistência.

SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/2z1AaOD>
e <https://isa.to/2RPAFjj>

Mulheres Yanomami reúnem-se no Demini

Desde 2002 que as mulheres Yanomami promovem encontros em suas malocas para debater as questões que tocam diretamente suas vidas. Em outubro, durante dois dias, aconteceu na aldeia Watoriki (AM), o XI Encontro. Desta vez, a reunião foi promovida por 16 mulheres Yanomami vindas da região do Catrimani, recebidas pelas moradoras da aldeia com festas, danças e cantos, abraços, beijos e sorrisos de boas vindas. Foi a primeira vez que o encontro aconteceu na região do Demini e tratou de muitas iniciativas e espaços que as Yanomami estão lutando para ocupar. Elas falaram da comercialização de cestaria, da vitalidade das seis línguas faladas dentro do território, do conhecimento que detêm sobre plantas medicinais, das mulheres importantes na história yanomami e da

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2S22WMT>

Terras indígenas do Rio Negro recebem turismo de pesca esportiva

A pesca esportiva no Amazonas atrai cerca de 10 mil turistas ao ano, movimentando algo em torno de R\$ 50 milhões, de acordo com dados do governo estadual. Porém, sem fiscalização e ordenamento, a atividade prejudica o meio ambiente e a segurança alimentar das populações indígenas e tradicionais.

Para organizar a atividade, comunidades indígenas, ONGs, órgãos do governo e empresas uniram-se para construir de modo participativo o modelo mais adequado para regularizar esse tipo de turismo, respeitando os direitos indígenas e a legislação vigente. Surgiu assim o projeto de turismo sustentável, em Santa Isabel do Rio Negro (AM), no Médio Rio Negro, nas Terras Indígenas Jurubaxi-Téa e Uneiuxi. Iniciativa da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (Acimrn) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2UgpfQ2>



© LUCAS LIMA/ISA

Mulheres Yanomami diante da maloca, para o encontro na comunidade Watoriki

educação tradicional. Falaram ainda da reprodução da vida yanomami e do que ameaça suas vidas.

A contaminação por mercúrio por conta do garimpo ilegal na TI Yanomami é uma delas. As cerca de 50 participantes ocuparam uma grande mesa dentro da maloca e todas tiveram seu momento de fala, sempre em Yanomami. Os homens presentes ouviram atentos as reclamações direcionadas a eles, sem interromper, e contribuíram com sua experiência, quando convidados a falar.



© CAMILA BARBRA/ISA

Atividade de etnomapeamento durante oficina de ordenamento da pesca esportiva

Negro (Foirn), as conversas se iniciaram em 2009 e foram acompanhadas pelo Ministério Público Federal (MPF). Em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), Foirn, Funai e Ibama o modelo foi construído e colocado em prática afastando invasores e empresas que exploravam a região de maneira predatória. A experiência pioneira realizada no Rio Marié em 2013, trouxe aprendizados que nortearam o ordenamento da pesca esportiva na Jurubaxi-Téa e Uneiuxi.



© JULIANA RADLER/ISA

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2zMIz5o>

Comunicadores indígenas do Rio Negro debatem fake news

A voz dos comunicadores indígenas

Quase que ao mesmo tempo em que a Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro festejava seu primeiro aniversário, em outubro, em São Gabriel da Cachoeira, também na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, começava a formação de um grupo de comunicadores indígenas.

Em São Gabriel, a rede e convidados se reuniram na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), para participar da II Oficina de Formação. O debate político marcado pelas *fake news* (notícias falsas), ameaças à Amazônia e aos direitos dos povos da floresta mostrou a necessidade de aprofundar estratégias de resistência diante desse cenário.

Além da programação prevista, que incluía a elaboração de notícias de rádio e o múltiplo uso dos celulares para a produção de conteúdo de texto, foto, áudio e vídeo, o evento abriu espaço para o debate político e sua relação direta com as tecnologias da informação às vésperas de uma eleição marcada pelo uso das redes sociais na disputa por votos. Os comunicadores da rede produzem notícias em Português e nas quatro línguas indígenas cooficiais em São Gabriel da Cachoeira, Baniwa, Nheengatu, Tukano e Yanomami.

FORMAÇÃO PARA JOVENS YANOMAMI

Já na Terra Indígena Yanomami, aconteceu uma formação para sete jovens Yanomami. Alcida, Roseane, Vitoria, Kenedy, Juruna, Oziel e Dalissa foram indicados pela Hutukara Associação



SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2S22WMT>

Jovens Yanomami em atividade prática e treino no uso de celulares

Yanomami (HAY) para receber o treinamento em comunicação. O projeto busca construir soluções em comunicação para os povos indígenas a partir do novo Marco Regulatório da Sociedade Civil. Durante cinco dias eles aprenderam a usar os celulares para fazer fotos e vídeos, visitaram uma rádio, deram entrevista ao vivo e fizeram a cobertura da formatura do Magistério Yarıpiari Yanomami (*veja à página 16*).

O treinamento é realizado por jornalistas e assessores do Instituto Socioambiental (ISA) e apoiado pela União Europeia e Rainforest da Noruega. Na sequência, foram todos para a aldeia Watorik onde realizaram a cobertura do XI Encontro das Mulheres Yanomami como atividade prática do curso (*veja à página 14*).

Indígenas do Rio Negro participam do Belém + 30

Pesquisadores tukano, baniwa, desana e pira-tapuya do Rio Negro estiveram no XVI Congresso da sociedade Internacional de Etnobiologia, o ISE Belém +30, em agosto, mostrando a importância dos conhecimentos indígenas e das pesquisas colaborativas interculturais que desenvolveram no Médio e Alto Rio Negro.

Eles falaram sobre o papel dos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (Aimas) e o projeto de pesquisa e monitoramento ambiental e climático que vem sendo realizado no Rio Negro. A agrobiodiversidade das roças rionegrinas, e das plantas usadas no processo de fabricação das cerâmicas da região também foram apresentadas bem como

os resultados dos levantamentos das dezenas de variedades de manivas

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2Rryqvl>

Magistério Yarapiari certifica 16 novos professores

O Magistério Yarapiari é o curso de formação de professores Yanomami, construído ao longo de 10 anos para valorizar tanto os conhecimentos dos Yanomami como os da sociedade que os envolve. Em outubro, 16 professores foram certificados, graças à retomada da formação pelo Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (Ceforr), criando condições para a reabertura de algumas escolas fechadas.

O Ceforr também possibilitou que os novos professores possam lecionar no ensino fundamental e na escolarização de jovens e adultos. A ideia é construir um quadro de docentes Yanomami, capazes de desenvolver escolas multilíngues fundamentais atendendo as crianças, sem excluir

os jovens e adultos. Os Yanomami apostam na escola diferenciada para

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2AL68om>



Pesquisadores rionegrinos visitam laboratório de arqueologia do Museu Emilio Goeldi

presentes nas roças. A patrimonialização também foi tema de conversa e foi apresentado o caso do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, que é patrimônio cultural imaterial do Brasil. Experiências de pesquisas voltadas para assegurar a segurança alimentar, educação escolar indígena e geração de renda nas comunidades também foram debatidas entre os participantes e plateia.



Formatura e certificação dos novos professores Yanomami

a proteção de seu território – uma área de nove milhões de km² de floresta amazônica preservada.

Embora adotado por Roraima, em 2014, o não reconhecimento pelo Estado brasileiro faz com que muitas escolas permaneçam fechadas. As aulas – ensino fundamental e médio – são ministradas por professores indígenas de oito regiões da Terra Yanomami e por não indígenas falantes das línguas Yanomami.



© CLAUDIO TAVARES/ISA

No Mercado de Pinheiros, em SP, feirinha de Presentes da Floresta. Da esq. para a dir: Marcelo Salazar e Guta Torres (ISA), Higor Casimiro (Extrativista na Terra do Meio, no Pará), Alex Atala e Felipe Ribenboim (ATÁ)

O valor dos produtos da floresta

Os produtos da floresta, de povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, fecharam o ano com muitos motivos para celebrar. Em outubro, a empresa *Culinary Culture Connections*, com sede nos EUA, iniciou a comercialização da Pimenta Jiquitaia Baniwa e do Cogumelo Yanomami com o selo *Origens Brasil* para o público norte-americano.

A iniciativa *Origens Brasil*, desenvolvida em parceria entre o *Imaflora* e o Instituto Socioambiental (ISA), estabelece um elo entre consumidores, povos indígenas e populações tradicionais. É a primeira vez que produtos com o selo – um código QR que, ao ser escaneado, fornece informações sobre a origem dos produtos e histórias sobre os produtores e seus territórios – são comercializados no exterior de forma estruturada. O objetivo é valorizar e diferenciar a produção de base comunitária e reconhecer seu valor por fomentar a proteção de territórios sob constante ameaça de grileiros, madeireiros e garimpeiros. Os recursos provenientes da venda dos cogumelos e da pimenta são integralmente destinados às comunidades produtoras.

Em novembro, iniciativas de valorização de produtos de comunidades indígenas e populações tradicionais apoiadas pelo ISA e parceiros, estiveram presentes no Mesa São Paulo, o maior congresso de gastronomia da América Latina.

O antropólogo do ISA, Moreno Saraiva, e o *chocolatier* César de Mendes, apresentaram uma iniciativa inédita com cacau nativo da Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Entre as questões abordadas, uma se destaca: será que o chocolate oriundo do processamento deste cacau nativo pode se tornar uma alternativa de renda sustentável para as comunidades indígenas? A história da pesquisa sobre o fruto e a realização de uma primeira oficina na comunidade Waikás, na beira do Rio Uraricoera, ameaçada pelo garimpo ilegal de ouro, foi detalhada assim como os desafios estruturação de cadeias produtivas de produtos da floresta, caso do Cogumelo Yanomami, entre outros.

Em dezembro, a feirinha “Presentes da Floresta”, realizada no Mercado de Pinheiros, em São Paulo, pelo ISA, pelo Instituto ATÁ, pela iniciativa *Origens Brasil*®, com parceria da empresa de pães *Wickbold* e do Instituto de Manejo e Certificação Florestal (*Imaflora*), e apoio da União Europeia, reforçou a necessidade de consolidar a utilização dos produtos da floresta no dia a dia, a partir de relações comerciais justas. Os produtos estão a venda no box *Amazônia e Mata Atlântica* do Mercado de Pinheiros e também podem ser adquiridos na loja online do ISA.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2zzwCIJ> e
<https://isa.to/2UwmLgm>

Filme registra locais sagrados dos Tukano do Alto Rio Negro

O vídeo-documentário *Pelas Águas do Rio de Leite*, exibido em setembro no CineSesc, em São Paulo, registra expedições pelos rios Negro e Uaupés, que percorreram locais sagrados para os povos indígenas da família Tukano na Terra Indígena Alto Rio Negro, noroeste amazônico. Foi produzido em parceria pelo ISA e pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). A exibição foi seguida de um bate-papo com a diretora do filme, a antropóloga do ISA, Aline Scolfaro, e dois conhecedores indígenas e participantes protagonistas do documentário como Higino Tenório Tuyuka, que coordenou as duas expedições pelos rios Negro e Uaupés, e Miguel Pena Tukano. A



SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2LGbaWG>
e <https://isa.to/2LAsM68>

produção do filme contou com a parceria do Vídeo nas Aldeias na captação e edição e teve apoio do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), do Museu do Índio, da Funai (por meio da Coordenação Regional Rio Negro) e da Fundação Rainforest da Noruega.

Também em setembro, o ISA apoiou a divulgação do documentário *Quentura*, de Mari Corrêa, do Instituto Catitu, que mostra como as transformações do clima são percebidas pelas mulheres indígenas da Amazônia. Mari percorreu as Terras Indígenas do Rio Negro (AM), Yanomami (AM) e Kaxinawá do Rio Jordão (AC) registrando relatos de mudanças observadas na floresta, na água e na produção de alimentos.

Expedições técnicas estruturam visita ao Yaripo

Dois passos importantes foram dados para estruturar a visita ao Pico da Neblina, o Yaripo, como é chamado pelos Yanomami. Em agosto, 13 guias Yanomami receberam formação em primeiros socorros e resgate em áreas remotas.

O curso, ministrado por Samanta Chu, da *Wilderness Medical Associates International*, e pela médica Teresa de Almeida Torres, foi dividido em duas etapas. A primeira foi realizada na sede da Ayrca (Associação Yanomami do Rio Cauaburis, na região de Maturacá (AM)), e a segunda durante a expedição que subiu o Yaripo.

A metodologia utilizada priorizou exercícios práticos e a troca de conhecimentos entre as instrutoras do treinamento e os Yanomami, valorizando os conhecimentos dos indígenas sobre o tema. A certificação dada pela *Wilderness*, responsável pelo treinamento,

SAIBA MAIS EM:
<http://bit.ly/2uMGMmQ>



Treinamento em primeiros socorros e resgate em áreas remotas

é reconhecida internacionalmente e dará maior segurança aos visitantes que se aventurarem a subir o Yaripo.

Em setembro, durante nova expedição, foi instalada uma torre com uma antena repetidora de sinal que permite a comunicação, via radiofonia, durante toda a trilha, com a comunidade de Maturacá. É um item importante para esta atividade turística tanto do ponto de vista da segurança quanto para logística.

Pesquisadores do Rio Negro visitam coleção Koch-Grünberg na Alemanha

Uma equipe intercultural e interinstitucional, proveniente do Brasil e da Colômbia, se juntou em outubro à equipe do Museu Etnológico de Berlim e a outros colaboradores para revisitar a coleção de Theodor Koch-Grünberg, pesquisar e conversar sobre esse legado dos povos indígenas do Rio Negro. Composta por 1.196 objetos, foi feita durante a viagem de Koch-Grünberg ao Rio Negro nos primeiros anos do século XX. Participaram dessa imersão sete conhecedores/pesquisadores indígenas, três do lado brasileiro e outros quatro do lado colombiano, além de dois antropólogos e a equipe do Museu. O trabalho na coleção contou com sessões conjuntas, com todos, e em três grupos.

Todas as informações levantadas também foram inseridas na base de dados on line, em português e em baniwa. O trabalho conjunto teve duplo objetivo: despertar o interesse das

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2zQ5UvH>

novas gerações indígenas por coleções de artefatos exibidas em museus



Conhecedores e pesquisadores indígenas visitam coleção no museu de Berlim

pelo mundo, fortalecendo os conhecimentos e práticas de manufatura e uso desses objetos; e aproximar os museus e seu público dos povos que os produziram, permitindo entender os artefatos em seu contexto social e histórico. Essa iniciativa é inspirada na preocupação com o papel dessas coleções hoje, e como podem se articular a projetos relevantes para os povos indígenas.

Mulheres indígenas fortalecem associativismo para gerar renda

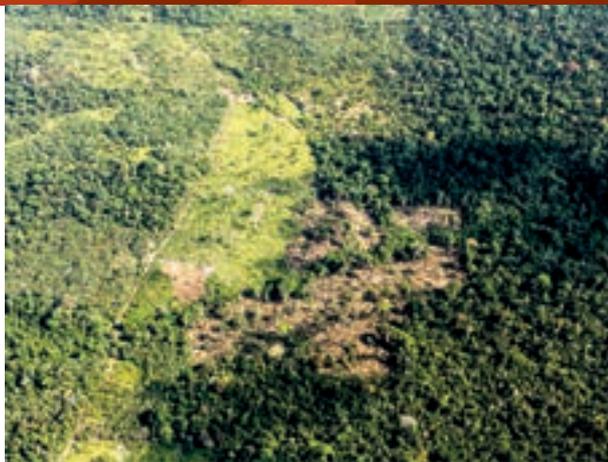
Uma das mais antigas associações de mulheres indígenas no Brasil, a Associação de Mulheres Indígenas da Região de Taracúá (Amirt), no Alto Rio Negro (AM), fundada em 1987, está buscando profissionalizar sua gestão para comercializar a milenar cerâmica das mulheres do distrito de Taracúá e comunidades vizinhas. Para alcançar esse objetivo, a Amirt realizou em setembro sua quinta assembleia para aprovar mudanças em seu estatuto e criar o regimento interno para uso do barco da Associação. O novo estatuto foi revisado pela advogada do ISA, Juliana Batista, e aprovado.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2AJXDtC>

O regimento interno do barco também foi elaborado permitindo que

a Amirt faça uma gestão profissional da embarcação, prestando serviços para as comunidades indígenas, assim como escoando sua cerâmica e produtos orgânicos das roças locais.

Em parceria com o ISA, a Foirn vem promovendo formações para as diretoras da Amirt para fortalecer a autonomia das associações de base. A primeira delas foi sobre o novo Marco Regulatório da Sociedade Civil, a Lei 13.019/2014, que trata do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Esse projeto de fortalecimento da autonomia dos povos indígenas do Rio Negro na implementação de políticas públicas por meio do Marco Regulatório tem o apoio da União Europeia.



© JUAN DOBLAS/ISA

Áreas recém-desmatadas na TI Cachoeira Seca do Iriri (PA)



© LILLO CLARETO

Caminhão leva madeira retirada ilegalmente da Reserva Extrativista do Rio Iriri, em Altamira

Desmatamento no Xingu explode em 2018

Mais de 100 mil hectares de floresta, o equivalente a 100 mil campos de futebol, foram destruídos na Bacia do Rio Xingu, em 2018.

A pressão por novas áreas para a expansão agropecuária, grilagem de terras, retirada ilegal de madeira e a expansão do garimpo provocaram a derrubada de aproximadamente 150 milhões de árvores no território amazônico, que engloba 21 Terras Indígenas (TIs) e dez Unidades de Conservação (UCs) contíguas, entre o Pará e o Mato Grosso. É o que mostra o monitoramento mensal do desmatamento no Xingu, que o ISA realiza por meio do Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento (Sirad X).

De janeiro a setembro, mais de 32 mil hectares foram desmatados dentro de áreas protegidas – TIs e UCs. Indígenas, ribeirinhos e seus parceiros vêm denunciando as atividades ilegais e pedem ações mais efetivas dos órgãos ambientais de fiscalização e proteção, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Com 27 milhões de hectares, o “Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental” incide sobre 40 municípios e é a morada de centenas de famílias ribeirinhas e 26 povos indígenas. As áreas protegidas são fundamentais para a proteção das

florestas e dos territórios tradicionalmente ocupados, e se consolidaram

como escudos contra a destruição. Os índices que o Sirad X mostra assustam: apenas em setembro, 4.410 hectares de floresta foram destruídos.

O ISA também vem monitorando mensalmente o avanço da invasão garimpeira na Terra Indígena Kayapó (PA) onde mais de 864 focos de desmatamento foram registrados. Mesmo com ações de fiscalização e operações realizadas pela Polícia Federal para desmontar os garimpos ilegais, eles sempre acabam se reativando. Os indígenas e seus parceiros encaminharam denúncias aos órgãos competentes e pedem medidas urgentes para coibir a atividade ilegal.

As campeãs de desmatamento

Entre as Terras Indígenas mais desmatadas nessa região do Xingu, a Cachoeira Seca é a que mais sofre com retirada ilegal de madeira, avanço da pecuária e invasões. Em outubro, foram contabilizados 1.800 hectares de floresta no chão, superando o total do ano de 2017. O desmatamento na região só cresce: entre janeiro e outubro, foram desmatados 2.900 hectares. Esses dados foram detectados pelo Sirad X. O aumento pode ser explicado pelo início do período das chuvas e a intensificação da nebulosidade, o que dificulta a detecção de desmatamento via satélite e a fiscalização. Em segundo lugar ficou a Terra Indígena Ituna Itatá, situada a menos de 70 km do principal canteiro de obras de Belo Monte – de três hectares em maio para 1.800 em outubro e em terceiro, TI Apyterewa, dos Parakanã, com 919 hectares em outubro.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2yXfUCJ>

SAIBA MAIS EM: <https://isa.to/2QX3ea1>



© CLARA ROMAN/ISA

Trens de carga transportam minério de ferro pela Estrada de Ferro Carajás (MA)

Indígenas isolados são ameaçados por 123 obras na Amazônia

Um levantamento publicado em outubro pelo ISA apontou ameaças à vida de grupos indígenas que optaram por isolar-se dos não indígenas e até mesmo de outros índios. A Funai reconhece 114 registros desses grupos dos quais 28 estão confirmados por expedições do órgão indigenista. Os motivos para esse comportamento variam caso a caso, mas grande parte está relacionada a massacres, epidemias e violência decorrentes do contato com não indígenas. Agora, essas comunidades e a floresta que as protegem estão sob grave risco. Obras de infraestrutura previstas para os próximos anos incidem diretamente sobre áreas onde há registros da presença dessas populações. São 123 empreendimentos, entre hidrelétricas, termelétricas, ferrovias, hidrovias e rodovias, que impactarão áreas protegidas onde vivem 58 povos isolados diferentes.

Para os 28 registros confirmados, há 29 obras de infraestrutura previstas que podem impactar esses territórios: 14 usinas hidrelétricas, seis pequenas centrais termelétricas (PCHs), cinco termelétricas, uma linha de transmissão e três obras do Plano Nacional de Logística (PNL) - a

Estrada de Ferro Carajás, a BR-364 (RO-MT) e a BR-174 (MT). Em todos esses

casos, segundo a legislação, tais obras necessitam de um cuidadoso estudo de impacto ambiental e de consulta prévia aos povos indígenas e populações tradicionais possivelmente impactados. Há 26 registros “em estudo”, e esses territórios estão ameaçados por 61 obras de infraestrutura: 28 hidrelétricas, 13 PCHs, 14 termelétricas, duas linhas de transmissão, um gasoduto e três obras do PNL. Já para os 67 registros de “informação”, existem 18 obras de infraestrutura previstas - seis hidrelétricas, sete PCHs e cinco obras do PNL.

A falta de recursos da Funai impede a realização das expedições necessárias para confirmar a existência desses povos isolados e aumenta ainda mais sua vulnerabilidade.

Para chegar a esses números, o estudo do ISA cruzou as áreas de impacto, estabelecidas pelos órgãos governamentais responsáveis pelas obras, com os limites das Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Para os registros de isolados fora de áreas protegidas, foi adotada a delimitação do território com base nas microbacias hidrográficas de cada região.

O levantamento indica que 35 usinas hidrelétricas previstas para a Amazônia terão impacto direto em 16 TIs e 12 UCs, com um total de 39 registros de povos em isolamento voluntário.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2yZY5D3>



© ROGÉRIO ASSIS/ISA

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2B6Hoa7>

Vista aérea de garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami, região do Waikás, em Roraima

Mapa inédito mostra “epidemia” de garimpo ilegal na Panamazônia

Em dezembro, um mapa inédito da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), lançado simultaneamente em seis países amazônicos, mostra que o garimpo ilegal se espalha pela Amazônia - boliviana, brasileira, colombiana, equatoriana, peruana e venezuelana. É a primeira vez que dados e informações desses países amazônicos sobre o garimpo ilegal são reunidos em uma base única de informação, oferecendo uma visão panamazônica da extensão do problema. O mapa indica 2.312 pontos e 245 áreas de garimpo ou extração de minerais, como ouro, diamantes e coltan. Além disso, foram mapeados 30 rios afetados pela atividade ou por rotas para a entrada de máquinas, insumos e pela saída de minerais. Traz ainda informações de diferentes fontes, num verdadeiro quebra-cabeças que reúne estudos publicados, informações de parceiros locais, notícias de imprensa e análises de imagens de satélite, e identifica as áreas protegidas - como Unidades de Conservação e Terras Indígenas - no território amazônico afetadas pelo garimpo ilegal.

O material foi organizado e disponibilizado em uma plataforma, que permite que o usuário filtre a informação e produza suas próprias análises. Cada ponto, além da fonte, traz informações so-

bre o mineral extraído, o método de exploração, a data e a presença de insumos contaminantes, sobretudo mercúrio.

Além do mapa, a Raisg, em parceria com o projeto Infoamazonia publicou um *storymap* que expõe os dados presentes no mapa de maneira ilustrativa e interativa, trazendo outras fontes de informação complementares ao tema, como fotos, vídeos e infográficos. O produto ainda apresenta casos e histórias sobre a atividade ilegal e seus impactos em cada um dos seis países amazônicos analisados.

A Venezuela é a campeã de pontos de garimpo ilegal. Depois vem o Brasil, Equador e Peru. Na Colômbia e Bolívia, as unidades de análise foram os rios, razão pela qual não aparecem quantificados como pontos. Além dos danos ambientais produzidos pelo desmatamento e a abertura de crateras no solo, o mercúrio utilizado na extração do ouro contamina rios e peixes e populações que têm o pescado como base de sua alimentação.

De acordo com os dados da Raisg, de 649 áreas naturais protegidas, 55 têm pontos de garimpo ativos ou balsas dentro de seus limites. Há ainda um total de 41 áreas naturais protegidas que sofre danos indiretos, seja em áreas de amortecimento ou nas bordas.

Lançada a segunda edição da revista Aru

O segundo número da Aru, Revista de Pesquisa Intercultural da Bacia do Rio Negro, Amazônia, foi lançada em agosto durante o XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia, em Belém (PA). Editada pelo ISA e pela Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), conta com o trabalho de pesquisadores indígenas e não indígenas sobre a Bacia do Rio Negro.

Os pesquisadores indígenas atuam no projeto de pesquisa e monitoramento ambiental e climático da Bacia do Rio Negro. Eles integram uma rede de 52 pesquisadores conhecidos como

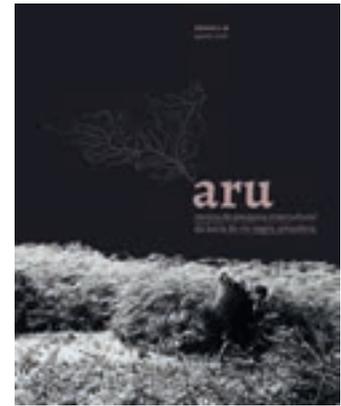
Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (Aimas) e têm produzido a maior

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2QUurKI>

parte das pesquisas e textos dos dois primeiros números da revista.

Esta edição traz 13 textos de diversos autores, sendo que sete deles es-

tão em uma seção especial sobre a agricultura indígena, seguidos por um ensaio fotográfico. O especial destaca práticas agroflorestais, que são parte central tanto do calendário anual de manejo ambiental, e ciclos muito mais longos de formação das paisagens e distribuição das plantas no território.



Documentário expõe impactos das mudanças climáticas na vida de brasileiros

Lançado na Conferência de Clima da ONU, em Katowice, na Polônia, o filme inédito “O Amanhã é Hoje” traz histórias de pessoas afetadas pelas mudanças climáticas no Brasil. Estejam elas na cidade ou no campo, no norte ou no sul do país as histórias contam o drama de brasileiros impactados pelas mudanças climáticas. A iniciativa, de sete organizações da

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2R23B3n>

sociedade civil (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib, Artigo 19, Conectas Direitos Humanos, Engajamundo, Greenpeace, Instituto Alana e ISA) conta como seis pessoas em cinco estados brasileiros tiveram suas vidas modificadas por conta das alterações do clima.

Entre os casos estão o de uma jovem indígena que se tornou brigadista voluntária depois que um incêndio florestal sem precedentes atingiu a terra indígena de seu povo, os Krikati; o da pequena agricultora do sertão de Pernambuco que enfrentou seis anos de seca; o da comunidade caiçara centenária do litoral paulista obrigada a mudar de lugar em razão de erosão causada pelo avanço do mar; o comerciante fluminense cujo negócio foi destruído pelas chuvas e deslizamentos em Friburgo (RJ), em 2011; o do produtor de ostras catarinense penalizado pelo aumento da temperatura do mar; o da mulher que perdeu dois carros, em Santos (SP), para as ressacas cada vez mais violentas que avançam na costa brasileira. O documentário traz ainda depoimentos de especialistas.



Jovem Krikati, à frente, se tornou brigadista para combater o fogo que atingiu sua Terra Indígena no Maranhão

© FERNANDO MARTINHO

Acervo aberto ao público acumula mais de 200 mil documentos

Disponível no site do ISA ao público em geral desde dezembro de 2017, a Plataforma do Acervo alcançou mais de 200 mil itens, e contabilizou, em 2018, 37.078 sessões de usuário e 139.121 visualizações de páginas. A tabela mostra a distribuição dos documentos por tema.

<https://acervo.socioambiental.org/node>

Tipos de documentos	Quantidade
Publicações ISA	229
Livros	2.600
Teses/Dissertações	329
Documentos	19.663
Mapas	50
Vídeos	250
Notícias	174.519
Fotos	4.380
TOTAL	202.020

Exposição “Claudia Andujar e a luta Yanomami”

A exposição retrospectiva que o Instituto Moreira Salles inaugurou em São Paulo, em dezembro, conta com mais 300 fotografias, desenhos, uma instalação e documentos da fotógrafa Claudia An-

dujar, que dedicou boa parte de sua vida ao estudo e proteção do povo Yanomami. A mostra ocupa é uma das maiores já feitas pela instituição. Traça um panorama do trabalho de Claudia com os Yanomami, retomando aspectos pouco conhecidos de sua trajetória e da sua luta pela demarcação de Terras Indígenas, em uma união entre arte e política. A seleção é resultado de pesquisa de muitos anos no acervo de mais de 40 mil imagens da fotógrafa realizada pelo curador Thyago Nogueira, coordenador da área de fotografia contemporânea do IMS.

A mostra teve apoio e consultoria do Instituto Socioambiental (ISA) e a colaboração da Hutukara Associação Yanomami (HAY). O líder Yanomami Davi Kopenawa esteve na abertura da exposição, em 15/12, e no dia seguinte, ao lado dos pajés Pedrinho e Levi, participou de ritual xamânico aberto ao público, na sede do IMS. A mostra fica em cartaz até abril de 2019. Depois segue para o IMS no Rio de Janeiro, onde estreia em julho.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2GgzlgY>



Jovem Yanomami em igarapé na região do Catrimani (RR), 1972-1974



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Jurandir Craveiro Jr. (presidente), Geraldo Andrello (vice-presidente), Deborah de Magalhães Lima, Marcio Santilli e Marina Kahn. Secretário Executivo: André Villas-Bôas.

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Comunicação: Bruno Weis (coordenador). Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Isabel Harari, Juliana Radler, Letícia Leite, Oswaldo Braga de Souza e Roberto Santos Almeida. Ilustrações: Rubens Matuck. Projeto gráfico e editoração eletrônica: Ana Cristina Silveira. Pesquisa de fotos: Claudio Tavares.

VISITE NOSSO SITE: WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA ELDORADO** Rua João Carneiro dos Santos, 149, casa 1, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.